

ATA Nº 23/2019 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, localizada na Rua 1822, número 1510, neste município, os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** Andressa Bertiel Willeke Hadad (titular/Secretaria de Saúde); Kaita Helen Testoni (Titular/HMRC); Marcelo dos Santos (Suplente/HMRC); Suzany Olibone (Titular/Secretaria de Saúde); Gustavo Ramalho Bisi (Titular/Secretaria de Saúde); Sheila Fernandes (Suplente/Secretaria de Saúde); Otavio José Zini Vieira (Titular/Associação Amigos e Tribos); Wilson Reginatto Junior (Titular/Amor Pra Down); Elcio de Limas Filho (Suplente/AME); Andréa Marcelino (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Thomas Herman Sant'Ana Maciel (Suplente/COOPERMAR); Marcos Domainski (Titular/Comunidade Terapêutica Viver Livre); Samara Justen (Suplente/ICED); Henrique Manoel Alves (Titular/OAB); Debora Candida Spagnol (Suplente/OAB); Dineusa Aparecida Souza (Titular/NUGRESS); Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12ª Região); Eliz Marine Wiggers (Suplente/CRP 12ª Região). **Contando com a participação de:** Antonio Augusto (Conselho Local de Saúde); Priscila Pimentel (Secretaria de Saúde). A presidente Suzany inicia a reunião com dezesseis minutos de tolerância. Aceita a **justificativa** de falta nesta reunião recebida em 26 de setembro, da conselheira Gévelyn, pela ausência em virtude de trabalho. Item A. **Assuntos referentes ao Hospital Municipal Ruth Cardoso.** Marcelo, assessor jurídico do HMRC, apresenta sobre o modelo de Parceria Público-Privada (PPP). Fala, em aspectos históricos, sobre aproximação do poder público com o setor privado para administração dos serviços públicos e destaca que no ano de 2004 foi aprovada a Lei nº 11.079, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diz acerca das formas de desestatização do governo, entre elas o modelo de PPP, onde não há repasse de bem público para o privado e é modelo muito próprio, não tendo nada a ver com outras formas como privatização e terceirização. Marcelo ressalta que a melhoria de infraestrutura e prestação de serviços são fatores que andam juntos na PPP. Diz que pode ser concessão patrocinada (quando há cobrança de tarifa aos usuários) ou concessão administrativa (quando o ente público é o destinatário final e não há cobrança de tarifa). Apresenta pesquisas feitas sobre os contratos de PPP e explica como funciona a implementação da Parceria, onde primeiro analisa-se o cenário (o que precisa e o que se quer atingir); em segundo momento estrutura-se o projeto, analisado a viabilidade econômica, e previsão de investimentos a longo prazo, ainda o prazo de duração do contrato; por terceiro é identificada a viabilidade do projeto, sendo submetido ao Tribunal de Contas, Conselho Municipal e tendo as aprovações, lança-se um edital na modalidade de concorrência (leilão), em que, inclusive, empresas de fora do país podem concorrer; por fim o ganhador no edital faz o ressarcimento do poder concedente do valor despendido nos estudos. Marcelo dá exemplos de parcerias no Brasil e diz que os resultados são positivos. Henrique pergunta quem fiscaliza antes das creditações e Marcelo responde que são entes independentes. Henrique diz que, como o COMUS não está muito a par da situação dos exemplos citados por Marcelo, não conhecem a realidade daqueles locais, mas a preocupação começa com relação ao alcance de metas e repasse de dinheiro. Otavio pergunta quais as vantagens para as empresas em fazerem parte de uma PPP e Marcelo diz que isso será verificado a partir dos estudos. Kaita diz que, quando se paga uma empresa de serviços médicos, por exemplo, ela recebe o recurso e repassa aos médicos. Marcelo faz uso da palavra sobre o poder público estar atualmente sem condições de entregar à população o bem-estar que um ente privado consegue. Henrique diz que é preciso entender como funciona a fiscalização. Marcelo diz que terão todos os mecanismos contra a corrupção e sobre indagação acerca de lucro (que as empresas privadas têm), levantada por Otavio, Marcelo diz que está na prestação dos serviços. Otavio diz que a corrupção deve ser combatida tanto e ressalta que o poder público não gosta de cobrar do privado, com a desculpa de não interferir. Marcelo diz que, desde janeiro vem estudando sobre PPP e neste momento está apresentando esta que é uma ferramenta. Otavio pergunta qual seria a problemática de não fazer uma PPP e fazer uma gestão pura e simplesmente municipal e Marcelo diz que na gestão municipal há muitos problemas, como os processos licitatórios, ineficiência da aplicação dos recursos, porque para consertar um aparelho, por exemplo, precisa publicar o edital e aguardar, enquanto o paciente fica aguardando. Otavio fala da fila de espera por falta de médico (diz do contrato de seis meses dos profissionais) e questiona sobre abertura de concurso público, ao que Kaita informa que se for feito, irá extrapolar o limite de gastos com pessoal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e Otavio diz que isso vai ocorrer, porque no final das eleições, a gestão anterior travou a folha de pagamento da Prefeitura e pelo Prefeito atual não ter revogado a legislação, ficou com o "inchaço". Marcelo pontua que a reunião de hoje era para tentar entender o que é uma PPP, quanto à contratação ainda virá para o COMUS, porque ainda estão iniciando os estudos. Dineusa pergunta sobre o exemplo do hospital da Bahia com relação a contrapartida em valores e Marcelo diz que há no site deste há as prestações de contas e é



repassado em torno de 16 ou 17 milhões de reais pelo estado; afirma ainda que utiliza-se muito o exemplo da Bahia, por ser o estado que mais detém contratos de PPP e todos funcionando perfeitamente. Henrique diz que, quando se aproxima o público com o privado, há um contrato, mas que muitas vezes são rígidos e questiona quanto a acordo sobre a legislação e Marcelo diz que isso não pode acontecer, pois não é possível flexibilizar o contrato. Marcelo fala do exemplo que não deu certo, da arena de Pernambuco, contratado com a Odebrecht, que foi extremamente mal projetado; pede para que o conselho se aprofunde no tema, veja os casos de sucesso, acesse artigos de Carlos Alexandre Nascimento, especialista em PPPs. Marcelo diz que a vaga de contrato dos profissionais é do privado (conforme CLT). Questiona-se a possibilidade de alterar a lei municipal, ao que Andressa afirma ter sido elaborado um documento em 2017, para adequação do contrato de um ano, prorrogável pelo mesmo período e no dia da votação do projeto na Câmara, foi cancelada e não seguiu em frente. Eliz fala sobre a responsabilidade que se tem sobre a fragilização do serviço e a contratação, que precisa ser tratado ainda nesta gestão; diz que a Câmara de Vereadores precisa ser pontuada em Audiência Pública; Andressa diz que será feito e, a caráter de informação, diz haver um pleito da Secretária de Administração juntamente com o Secretário de Articulação para alteração dessa Lei, inclusive em outro momento estes podem ser convidados para saber como está andando o processo. Otavio diz que o Prefeito foi burro por não querer revogar no início do mandato a decisão e desde então está trabalhando sem poder contratar, arcando assim com as consequências. Andressa se manifesta e diz que está sendo discutido neste momento a PPP e garante que estão trabalhando para acertar muitas coisas erradas que encontraram; diz que não adianta ficar discutindo os pontos negativos e não andar com as soluções e gostaria que fosse discutido esse processo. Conselheiros seguem em discussões diversas. Henrique pergunta o que foi feito até o momento para tornar o HMRC administrável. Kaita e Marcelo dizem que estão tentando fazer algo, diante das alternativas e dificuldades de contratação de qualquer coisa; Marcelo destaca que estão amarrados com a Lei 8666. Andressa diz que há várias ações tomadas e melhoraram em muito o HMRC, desde higienização, qualidade do atendimento, regularização de processos, contratos regularizados, cobrança de uniformes, horário de trabalho, além de capacitações, captação de órgãos, mas há limitações que entram na Lei 8666, pois as empresas colocam um preço baixo e oferecem serviço de baixa qualidade. Dineusa sugere encaminhamento de mais cinco minutos para discussão, devido ao grande tempo discutindo o mesmo assunto. Marcelo pede que os conselheiros busquem conhecimento, leiam sobre PPP e, se o COMUS concordar, pode convidar pessoas que estudam sobre isso para abordar a respeito; Henrique diz ser extremamente favorável a convidar as pessoas indicadas por Marcelo para explicações; Marcelo fala que irá articular para trazê-los talvez no âmbito da AMFRI. Eliz sugere encaminhamento ao COMUS, do projeto de lei municipal citado por Andressa, bem como os apontamentos de melhoria ao HMRC sejam encaminhados por escrito ao Conselho, para entender melhor a situação. Michele (HMRC) pede fala e diz que encontra-se assustada pelo desrespeito com o Prefeito Municipal por chamá-lo de burro, fala que há dificuldade de processos, pelo modelo de gestão atual e como o Prefeito não está presente, a presidente não deveria ter permitido esse tipo de fala. Claudemir diz que o que quis ser colocado é que o Prefeito poderia ter tomado uma medida, diz que outras palavras são usadas ao invés de burro, como réu que não permite a manifestação de pessoas LGBT em rua. Otavio diz que, independente de tudo, o Prefeito está ocupando um cargo de servidor e que não faltou com respeito à pessoa, nem ao cargo que ocupa, mas que foi uma burrice, ou seja, uma atitude errada que fez; diz ainda que não é subserviente. Gustavo diz que não é questão de ser subserviente, e pode ficar ofensiva a fala, mas está sendo debatido algo de extrema importância. Suzany faz uso da inscrição de fala, solicita ordem, diz que mesmo sendo cargo comissionado ou não, nunca admitiu falta de respeito nas reuniões do COMUS e muito menos com o Sr. Prefeito, o qual não se encontra para responder às questões citadas. Andressa faz uso da palavra e diz que, quanto mais pessoas puderem trazer ao COMUS, de informações sobre a PPP, melhor; fala ainda sobre a Organização Social (OS), que seria feito e estava tudo certo, após nove meses de estudos e quando houve ato de suspensão, porque empresa havia perdido prazo do edital, mas mudou-se de ideia, porque à época, houveram prisões envolvendo OS, de modo que tudo o que foi discutido aqui hoje pode ser mudado de ideia, mas a opção hoje é a PPP. Dineusa diz que não é responsabilidade da presidente ou mesa diretora se a fala foi esta ou aquela. Otavio diz que os representantes governamentais, não são subservientes, pois enquanto está aqui é como conselheiro, mas defendendo a saúde e não o governo. Andressa diz que, enquanto conselheira, não pode separar quem é, do cargo em que está e se ouvir algo que não está acontecendo no governo, irá defender e apresentar as provas. Otavio pergunta se já foi enviado ao conselho a lista dos profissionais, com horários, unidades e materiais. Suzany diz que, Francielly está digitalizando o que foi recebido e irá encaminhar aos conselheiros.

Item B. Solicitação de informação pelo MPSC. Suzany pergunta se, pelo estendido da hora, os conselheiros



querem encaminhem por e-mail as sugestões (até na segunda-feira) e a mesa diretora, elabora-se o documento de resposta e manda para aprovação e conselheiros concordam. Andréa lembra ter feito um pedido na última reunião sobre relatório dos atendimentos, raio-x etc. e às vezes, até para ligar na Saúde para saber sobre um remédio e as pessoas acabam questionando isso aos vereadores. Andréa fala de sugestões, já apresentadas no COMUS, para pensar outras formas de comunicação possível, como pelo WhatsApp. Scheila fala da situação das ligações e diz que gostaria que os conselheiros fizessem visita ao local. Otavio diz sobre a Defensoria Pública da União, sobre o processo transexualizador e haverá uma reunião em outubro com a Defensoria e pergunta está o cadastramento municipal na portaria. Addressa diz que pedirá à Ilva vir na próxima reunião para trazer informações a esse respeito e pedirá que Ilva entre em contato com Otavio. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos e eu, Francielly Raquel Domingues Vianna, da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

    
 